

41º Encontro Anual da ANPOCS

SPG23

Pensamento social no Brasil: perspectivas comparadas e fronteiras teórico-
metodológicas

Literatura, comunismo e campesinato: uma leitura de Bernardo Élis

Pauliane Braga

A palavra como esperança: uma leitura de Bernardo Élis

Pauliane de Carvalho Braga

Mestre em história

Universidade Federal de Minas Gerais

paulianecb@gmail.com

Sobre o problema

Literatura, comunismo e campesinato¹, assuntos a princípio dissociados, foram costurados aqui no seguinte problema: Bernardo Élis, escritor goiano considerado por muitos o introdutor do modernismo no centro-oeste, guia intelectual da região por muitas décadas, primeiro goiano a ingressar na Academia Brasileira de Letras, comunista “notório”, produziu uma obra de espessura crítica, cujo tema central foi o sertão goiano. Considerando que autor praticou a *literatura como problema*, exercendo sua criação artística como *missão*², nos perguntamos: em que medida e em que termos sua obra pode ter contribuído para a formação de um novo olhar sobre o campo brasileiro?

Vamos formular a questão de maneira mais detalhada. Durante as décadas de 1940, 1950 e 1960 ocorreram diferentes formas de conflito no campo. Camponeses se insurgiram contra a dominação pessoal de fazendeiros e coronéis, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários e grileiros, e contra a exploração econômica que se concretizava na grande empresa capitalista. Esses trabalhadores manifestaram sua insatisfação de diferentes maneiras, seja quebrando cadeias, levando os proprietários de terra aos tribunais, organizando-se em associações, exigindo do Estado políticas específicas, resistindo às expulsões e despejos, erguendo barreiras, fechando estradas.

¹ Como nos indica José de Souza Martins, as palavras “camponês” e “campesinato” são importações políticas recentes no vocabulário brasileiro. Introduzidas em definitivo pela esquerda em meados do século XX, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país. Posteriormente, estudos antropológicos e sociológicos recuperaram a discussão de autores que se constituíam em base teórica para a análise do modo de produção camponês, ou das formas camponesas de organização, em oposição à leitura marxista/leninista corrente que tratava campesinato como uma classe em extinção. Essa discussão, contudo, não nos interessa neste trabalho; utilizaremos aqui o termo de forma genérica, enquanto categoria que identifica formalmente o conjunto dos que vivem do trabalho no campo. In: MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990; MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010; MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

² TELES, Gilberto Mendonça. *Estudos Goianos*. A poesia em Goiás. Goiânia: Editora UFG, 1983.

Esse processo extremamente tenso possibilitou, contudo, que esses personagens, até então vistos como como força pré-política — cujo caminho era a alienação, o misticismo e o banditismo —, emergissem na cena pública como força política, e não como fator de atraso.³

O reconhecimento dos trabalhadores do campo no cenário político, a visibilidade social que alcançaram durante essas décadas, a construção de um discurso sobre direitos, a reordenação de seu lugar social, a constituição de uma linguagem própria, não é, contudo, compreendido fora da atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴, que se propôs, pioneiramente, a atuar como mediador nos conflitos agrários.⁵ Rompendo com a dispersão e isolamento, emprestando uma fala, uma linguagem, representando, assessorando, provendo de recursos materiais e humanos, o Partido Comunista reafirmou valores e construiu símbolos que singularizaram e distinguiram os camponeses no jogo político. Através de jornais, encontros, congressos, conferências, passeatas, os trabalhadores rurais compartilharam “experiências comuns, herdadas ou partilhadas”, sentiram e articularam “a identidade de seus interesses entre si”, se opuseram a outros “cujos interesses diferem e geralmente se opõe aos seus”, conformando-se então como classe.⁶

Fundamental para esse *aparecer como classe*, a elaboração de uma nova linguagem⁷ respondeu diretamente aos problemas apresentados pelo contexto em que

³ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.

⁴ Denominação utilizada a partir de 1961, quando uma reorientação partidária fez com que o Partido alterasse sua nomenclatura. Até então registrava-se como Partido Comunista do Brasil. Um ano mais tarde, um grupo de militantes dissidentes fundariam um novo partido, recuperando a nomenclatura antiga, Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

⁵ Não é nossa intenção neste trabalho proceder a um julgamento de erros e acertos das práticas do PCB no campo. Nossa análise quanto às ações do Partido se darão no sentido de “explicitar o que sua atuação construiu em relação ao campesinato, o que provocou no sentido de trazer esse grupo social para o cenário político como classe, de contribuir para o seu reconhecimento político”. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 295 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

⁶ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 295 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil – 1955-1964*. 146f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

⁷ A formação de uma linguagem tem muito a revelar sobre o circuito da política e o lugar do poder: “a ação de dizer ou de apresentar um argumento aberta e explicitamente expõe um direito — o direito de falar. A linguagem é expressão desse direito e seus procedimentos de formação revelam o momento e a situação onde ocorreu uma luta por seu reconhecimento e exercício público”. STARLING, Heloisa Maria

foram engendradas. Modelando um sistema de ideias e um conjunto de crenças e sensibilidades políticas, essa nova linguagem foi capaz de provocar intervenções de diferentes tipos no contexto intelectual e no debate político da época, contribuindo para dar consistência às demandas por direitos e igualdade. Essa linguagem se formou não apenas no plano da ordenação de ideias e constituição de um vocabulário, mas também no âmbito das práticas simbólicas e da imaginação. O novo tema foi capaz de aguçar a sensibilidade política de intelectuais, desenvolvendo uma *sociedade letrada* voltada exclusivamente para a questão agrária: intelectuais como Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Jorge Amado, James Amado, Dalcídio Jurandir, Graciliano Ramos, José Godoy Garcia, José Décio Filho, e em especial Bernardo Élis, formaram uma comunidade capaz de colocar as *ideias em circulação, ativando uma rede de informação e sociabilidade política*.

Correspondências, discursos, relatórios, memórias, relatos de viagem, panfletos, produção intelectual de letrados, textos literários, jornais, e até mesmo um sistema de comunicação oral no formato de rede (uma vez que muitos camponeses eram analfabetos e as práticas de leituras coletivas eram comuns), conformaram um circuito de difusão que, em grande parte, foi responsável pela formação dessa linguagem e pela configuração desse debate. Ainda mais importante, a circulação de ideias transformou o público observador em participante, capaz de construir seu próprio discurso para dar sentido ao mundo à sua volta. Nesse circuito, onde ideias eram apropriadas, interpretadas e reelaboradas, algumas palavras foram deslocadas para o centro da linguagem política, outras foram ressignificadas, numa tentativa de transformá-las em instrumento de luta política.⁸

Historicamente, os trabalhadores do campo receberam denominações diferentes em cada região do país, como *caipira* (em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul); *caičara* (no litoral paulista); *tabaréu* (no nordeste); e *caboclo*, nos demais lugares. São palavras que apresentam, desde os tempos remotos, duplo sentido, e além de designar o homem que trabalha no campo, referem-se também aos que vivem

Murgel. *A liberdade é amável ou Como ser republicano na América Portuguesa*. (Séculos XVII e XVIII). 207f. Tese de titular. (Tese para concurso de professor titular). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

⁸ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A liberdade é amável ou Como ser republicano na América Portuguesa*. (Séculos XVII e XVIII). 207f. Tese de titular. (Tese para concurso de professor titular). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

longe, fora das povoações e das cidades, e que por isso são também rústicos, atrasados, ou então ingênuos e inacessíveis; possuem também o sentido de tolo, tonto e às vezes querem dizer preguiçoso.⁹ No conjunto são palavras depreciativas e ofensivas, que foram desaparecendo à medida em que os trabalhadores rurais redefiniram seu lugar social.

Durante esse processo outras palavras foram forjadas, contribuindo para unificar e fortalecer a luta: assalariados, arrendatários, parceiros, posseiros, camaradas, volantes, colonos, lavrador. Diziam da multiplicidade de classes no campo, rompendo com a imagem dominante sobre o rural como homogêneo, isento de tensões. Por outro lado, a palavra *camponês*, sem suprimir essas tensões, unificou os trabalhadores rurais pela ênfase na dominação exercida pelo latifúndio; foi a alteridade definida com o padrão que fundamentou o aparecimento do termo. Essa nova linguagem também reformou os antagonistas: os estancieiros, senhores de engenho, seringalistas, se transformaram em fazendeiros, patrões, tatuíras, latifundiários, grileiros, usineiros, burguesia rural, além de companhias imobiliárias e empresas imperialistas.¹⁰ Mais do que novas palavras, esses termos representavam os novos lugares sociais ocupados por esses personagens. Além da formação de uma nova linguagem, essa *sociedade letrada* pensou a questão agrária sobre perspectivas históricas, econômicas, sociológicas, políticas e culturais: feudalismo *x* capitalismo, reforma *x* revolução, vanguarda intelectual *x* obreirismo foram algumas das questões que nortearam o debate, e nas quais Bernardo Élis se envolveu diretamente.

Sertão como *topos* literário

Termo de difícil precisão conceitual, sertão é tudo e nada; “ele está em toda parte” e ao mesmo tempo “é um mundão de ausências”.¹¹ No Brasil do século XVI, designava terras ignotas, mais distantes da costa, domínio do desconhecido. A partir do século XVIII, para além da perspectiva de interior, sertão passou a configurar uma realidade política: o deserto, a ausência de povoamento, a inexistência da ordem, a

⁹ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.

¹⁰ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 295 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

¹¹ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ausência de governo, o espaço vazio.¹² No século XX, o termo incorporou ainda o significado de terras não cultivadas, espaços a serem conquistados pelo processo civilizatório. Para o senso comum, *sertão* será “o desconhecido, o fim de mundo, região de seca, lugar de índio, terra de cangaceiro”.¹³

Transcendendo, contudo, à ideia de uma limitação espacial precisa, a palavra *sertão* reuniu em si uma alta carga de valores do mundo público, capaz de produzir, dentro da tradição literária brasileira, uma continuidade temática e uma perspectiva original de interpretação do Brasil. Euclides da Cunha, embora não tenha sido o primeiro a lançar mão deste motivo em uma obra literária, o fez sob um novo prisma, colocando em dúvida a existência de um Brasil unitário e homogêneo, revelando um esquecido mundo sertanejo, habitado por párias¹⁴, uma gente condenada a viver “expatriada dentro da própria pátria”.¹⁵ Na ficção de Euclides, *sertão* é solidão, isolamento, perda; terra apartada dos valores do mundo público, do progresso e da racionalidade, dominada pela tradição e à margem da história. Embora incômodas, ou justamente por isso, as imagens criadas por Euclides da Cunha arrebataram os homens nascidos na passagem do século XIX para o XX para a tópica de incorporação dos sertões e consequente encontro com o *outro*, a partir do qual ocorre um *processo de redescobrimto constante do Brasil*.¹⁶

As mudanças econômicas, sociais e políticas iniciadas com o Movimento de 1930 demandaram da intelectualidade de então um grande esforço no sentido desse “redescobrimto”. Em *Vidas Secas*, de 1937, Graciliano Ramos expôs a deficiência do modelo de modernização praticado, que não incorporava nem política nem socialmente amplos setores da sociedade. Com uma *poética da escassez*, a obra atuou “a contrapelo do ideal de modernização”, denunciando tudo o que estava sendo relegado à margem. O *sertão*, símbolo maior dessa margem, deixava de ser somente deserto para ser também

¹² STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A república e o sertão: imaginação literária e republicanismo no Brasil*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 82, setembro de 2008, p. 133-147.

¹³ BARROS, Luitgarde. *Sertão*. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 425.

¹⁴ O conceito de pária, no sentido que interessa a esse trabalho, foi sintetizado por Hannah Arendt, que buscava compreender a situação do povo judeu no entre guerras, na primeira metade do século XX. Sua condição naquele momento era sobretudo de impossibilidade: não podiam se integrar à sociedade em que viviam, nem tampouco tinham meios de retornar à sua sociedade de origem. Sua situação política era de tal gravidade que perdiam o “seu direito a ter direitos”, e se viram privados das garantias de toda ordem: direitos sociais, civis, políticos. Viviam à margem da comunidade política, apátridas em sua própria terra. ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

¹⁵ CUNHA, Euclides. *À margem da História*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

¹⁶ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

desterro, lugar dos banidos da República, ou ainda, nas palavras do filho de Fabiano, o próprio “inferno”.

Duas décadas depois, em meio ao governo de Juscelino Kubitschek e de seu ambicioso projeto de modernização, Guimarães Rosa retomaria a imagem de *Vidas Secas* através de seu personagem Riobaldo Tatarana, em *Grande Sertão: Veredas*: “a gente viemos do inferno”¹⁷. Embora em perspectivas diferentes, pois em “Graciliano Ramos do céu desejado para o inferno real; Guimarães Rosa, o caminho inverso”, sertão e inferno estão sempre atravessados: o sertanejo não poderia prescindir do inferno, pois desde cedo era preciso aprender a temer o outro, a natureza, o acaso.¹⁸

Em *Grande Sertão: Veredas*, as consequências de uma modernização incompleta, excludente, já estão claras: o fortalecimento das cidades desagregava o sertão, e condenava sua gente ao desterro, à desigualdade social, a uma vida sem acesso aos bens, à lei e a um catálogo mínimo de direitos. Guimarães Rosa registrava assim “as ruínas, fragmentos, detritos, resíduos de tudo aquilo que o Brasil modernizado não conseguiu aproveitar, e a República descartou por improdutivo, supérfluo, inútil”.¹⁹

Este universo de párias e desterrados também foi representado por Bernardo Élis. Imerso nos sertões do centro-oeste, o autor incorporou em suas obras imagens que por muitos séculos nortearam as interpretações sobre a região; *decadência/prosperidade*, *atraso/progresso*, *arcaico/moderno*, foram conceitos utilizados para caracterizar a economia e a sociedade goianas desde o período do ouro, no século XVIII, e que perduraram até o século XX, refletindo o embate entre o *agrário* e o *urbano*.²⁰

Goiás viveu intensamente a tônica do progresso — na década de 1930, o estado foi incorporado ao projeto desenvolvimentista de Getúlio Vargas, abrindo seus territórios para a expansão da fronteira agrícola; em 1940, inaugurou a nova capital, Goiânia, planejada nos moldes modernistas, em contraposição à organicidade das cidades coloniais; em 1950, o estado recebeu a nova capital federal, Brasília, síntese do Plano de

¹⁷ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

¹⁸ BOSI, Alfredo. *Céu, Inferno*. Ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Editora Ática, 1988, p. 32.

¹⁹ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A república e o sertão: imaginação literária e republicanismo no Brasil*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 82, setembro de 2008, p. 133-147.

²⁰ Em seu livro *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, Nasr Chaul relativiza a ideia de “fausto e esplendor” do período aurífero, assim como a ideia de atraso e decadência subsequentes ao fim do ciclo do ouro. Para o autor o quadro que se pode pintar de Goiás tem cores mais matizadas do que a historiografia tradicional tem apresentado. CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2010, p. 21.

Metas de Juscelino Kubitschek, que previa 50 anos de desenvolvimento nos 5 anos de seu mandato — mas manteve, ao mesmo tempo, seu interior, seu sertão, “carente de urbanização, distante, no fim do mundo, alheio ao tempo e à prosperidade.”²¹

Bernardo Élis, contemporâneo a estas rupturas e continuidades, incorporou em sua leitura de mundo tais dicotomias, privilegiando, contudo, os “polos negativos”: representou o sertão no que ele tinha de privação, escassez, ruína, degradação, corrupção, em síntese, de *atraso*. Para o autor, o sertão vivia ao “deus-dará”, como área reservada para expansão do mercado capitalista do Rio de Janeiro e de São Paulo. Este mercado era ainda mais impiedoso do que a antiga metrópole portuguesa:

para provar, basta considerar que o que havia em Goiás de civilização fora feito ainda ao tempo da colônia. Desde a independência que Goiás se tornou um mundo-da-lua, uma terra de ninguém, uma ficção geográfica (...) Enquanto durava tal panorama, jazia o sertão no maior atraso, num momento em que civilização humana alcançava elevadíssimo desenvolvimento em outros pontos da terra, graça à exploração de nossas riquezas.²²

Atraso e desenvolvimento são categorias presentes em toda a obra de Bernardo Élis, refletindo a crença em um passado glorioso, que se contrapunha a um presente de miséria e estagnação, fruto de uma República que, ao eleger seus “filhos preferidos”, relegava os outros ao esquecimento.

Por outro lado, apesar da crítica contundente à situação de atraso do país, Bernardo Élis também se preocupou com a “desorganização” causada pelos “elementos perturbadores decorrentes da civilização urbano-tecnológica”, que “abala hoje todo o mundo rural”.²³ O processo de modernização teria como corolário a negação do passado e a rejeição da tradição, condenando ao esquecimento o modo de vida caipira. Ciente desse “risco histórico”, o autor fez de sua obra um testemunho do sertão e do sertanejo, com seus trejeitos, dialetos, festas, credices, sua conduta moral e seus ditados.²⁴

²¹ CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2010, p. 24.

²² ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 119.

²³ Bernardo Élis citado por Albertina Vicentini. VICENTINI, Albertina. Bernardo Élis revisitado. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005, p. 136.

²⁴ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Literatura e História*. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005, p. 104.

O princípio esperança

Durante os anos de 1952 e 1953 Bernardo Élis publicou os 16 capítulos de sua novela *A terra e as carabinas* no jornal comunista *O Estado de Goiaz*. A novela foi publicada em livro em 1987²⁵, mas até hoje permanece quase que desconhecida dos leitores. Dos estudos realizados nas últimas décadas sobre o autor goiano, raros são os que incluem *A terra e as carabinas*, comumente citada como obra de pouco valor literário, por ter sido escrita sob os moldes do Realismo Socialista. Para este estudo, contudo, a novela é de grande importância por deixar patente o grau de envolvimento do autor com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante a década de 1950, assim como com suas teses para o campo.

Em *A terra e as carabinas* Bernardo Élis constrói uma narrativa linear, simples e direta. Há, no correr dos capítulos, uma progressiva mudança na paisagem e no espírito dos personagens centrais – o lavrador Totinha e sua esposa Bila -, o que nos permite dividir nossa análise em dois momentos: 1. A crítica de um passado-presente de opressão, exploração e miséria; 2. A proposta do *princípio esperança*²⁶ de um horizonte aberto à hipótese comunista, ao engajamento político e à dignidade humana.

A primeira paisagem que Bernardo Élis nos apresenta é a de um velho engenho, no qual Jeromão, seu dono, trabalhava com a família e com alguns camaradas. A decadência do lugar obrigava todos a uma labuta pesada, sobre-humana, para que se alcançasse um mínimo de produção. O trabalho ali era tamanho que a fama da fazenda corria o mundo. Se um sujeito era duro no trabalho diziam: “Este é um Jeromão”. Jeromão era um homem bruto, autoritário, que mantinha seus empregados na fazenda através do antigo sistema de dívidas: de tudo o que era produzido pelos camaradas, 50% era entregue à Jeromão; mantimentos, ferramentas, remédios, eram fornecidos pelo fazendeiro a preços exorbitantes; por fim, os trabalhadores estavam sempre endividados, e não podiam deixar o engenho.

²⁵ *A terra e as carabinas* foi publicada em 1987 na Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 2; e posteriormente pela editora R&F; ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F, 2005.

²⁶ BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução de Nélcio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2005. 3v.

Totinha, um dos empregados de Jeromão, é o personagem central da novela. Casado e com filhos, vivia uma vida miserável, de muito trabalho e pouco conforto. A mulher clamava para que saíssem daquele lugar “mais pió que o inferno” - numa retomada da imagem já consagrada por Graciliano Ramos e Guimarães Rosa -, mas Totinha não podia abandonar a roça: devia à Jeromão duzentos mil réis, valor que aumentava mais a cada dia, com os juros e adiantamentos. Certa vez tentou fugir, mas Jeromão deu parte à polícia e dois soldados o trouxeram de volta para o retiro “como um negro fujão”. Por fim, na mixórdia do engenho, Totinha escorregou na lama, perdeu o equilíbrio e teve a mão mascada pela moenda. Não recebeu assistência do patrão e foi expulso da fazenda.

Partindo para a cidade, Totinha seria apresentado a um novo personagem: o oportunista Dr. Agostinho dos Anjos. Latifundiário, Dr. Agostinho vivia, contudo, na cidade, onde sustentava uma vida de luxo e jurisdição sobre o delegado, o promotor e o médico. A princípio seu personagem é apresentado como personificação da lei, esclarecendo Totinha de seus direitos: “Jeromão não podia desobedecer às leis vigentes no país, porque lei é lei e não é brincadeira de coronel burro da roça”.

Na narrativa construída por Bernardo Élis, enquanto Jeromão encarna a figura do coronel em decadência, em seu engenho obsoleto, obrigado a empenhar a si e à sua família na lida, Dr. Agostinho dos Anjos corresponderia ao coronel moderno, cuja fonte de poder continua a ser a terra, mas que a modernidade arrastou para a cidade. Em cadências temporais distintas, Jeromão e Dr. Agostinho se encontram para marcar a soberania do coronel sobre o lavrador: Jeromão paga sete contos de réis ao Dr. Agostinho dos Anjos para que este não desse continuidade ao processo. Com o dinheiro recebido, Dr. Macioso subornou as autoridades locais, que concluíram, por fim, que Totinha se embriagou e meteu a mão, de propósito, no engenho, para obrigar o patrão a lhe dar uma indenização. Como último momento de sua sina de humilhado, Totinha é apreendido pelo Dr. Agostinho dos Anjos como garantia de pagamento de uma dívida, da qual só seria libertado após algum tempo de trabalho em sua fazenda.

Polos opostos, a relação dos personagens apresentados até aqui é permeada de tensão. A ênfase na dominação exercida pelo latifúndio, o sentimento preponderante de propriedade, que mais do que simples instinto de posse é uma disposição geral do espírito, uma atitude geral diante das coisas, evidencia o poder total exercido pelo patrão.

Por seu lado, o lavrador, humilde, miserável, ingênuo, ignorante e inadaptado à cidade, é um joguete nas mãos dos poderosos, sem perspectiva de mudança. O vínculo estabelecido entre essas duas partes é marcado pela desigualdade de direitos, definidora de exclusões e inclusões, numa típica relação de mando e subserviência. Cabe ainda a reflexão sobre o modo como os camponeses eram institucionalmente tratados: seduzido pela oportunidade de acessar coisa tão distante – a lei -, o camponês se convence de sua força e justiça, para em seguida ser por ela aviltado, não só economicamente, mas principalmente moralmente. De vítima Totinha passava a bandido.

Em um segundo momento, entram em cena personagens antagônicos à Jeromão e Doutor Agostinho dos Anjos. Totinha os conhecerá em uma de suas voltas pela cidade em busca por emprego. Era época de eleições, e pipocavam comícios pela região. Um deles, contudo, chamaria a atenção do lavrador:

O homem dizia uma coisa diferente das que Totinha estava habituado a ouvir. Dizia que os lavradores estavam indo para a cidade porque na roça eles tinham de dar **metade da sua produção para o patrão** que lhes **arrendava** o chão. Os lavradores **deixavam a roça** porque ali não tinham dinheiro nenhum, não tinha remédio, ganhavam o jornal muito pequeno e assim mesmo pequeno **não recebiam**, pois os patrões lhes vendiam as coisas por preços da hora da morte. Se reclamassem, os patrões **mandavam bater e mandavam matar**. Se o governo quisesse ver o pessoal na roça trabalhando, que **desse terra ao lavrador**, emprestasse dinheiro a ele e não deixasse os comerciantes safados comprar arroz e outros gêneros, na safra, por preços miseráveis. – Muito bem! – Totinha deu um pulo, tacou o chapéu pra riba, de tão satisfeito. O povo só faltava se arrebetar de bater palmas. Totinha sentia os cabelos arrepiados de ouvir pela primeira vez alguém dizendo a verdade. Até que enfim alguém entendia o sofrimento dos pobres.²⁷

Eram militantes do PCB que, ao conhecerem a história de Totinha e sua família, os acolheram em sua casa. Lá o lavrador e sua família receberam abrigo, mas ficaram desconfiados de costumes tão diferentes: não recebiam ordens, exigências ou xingamentos. Bila passou a ajudar nas atividades da casa e Totinha no jornal mantido pelo Partido. Nesses lugares não haviam empregados: “trabalhamos para nossa própria vida, isto é, para acabar com o arrendo que mata os lavradores, para acabar com a miséria em que vive o trabalhador”.²⁸ Totinha e Bila suspeitavam de tanta generosidade, e se portavam de acordo com as experiências pregressas: Bila, temendo ser expulsa e ficar novamente à mingua, tirava da casa panos, mantimentos e vasilhas; no jornal, Totinha

²⁷ Grifo nosso. ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F, 2005, p. 35.

²⁸ _____ *A terra e as carabinas*, p. 42.

fazia o mínimo de esforço possível: “Vou lá me apressar nada. Não lucro com esse serviço”.

Naqueles espaços, contudo, os lavradores passaram a acessar um novo tipo de informação. Falava-se da carestia de vida, do descaso do governo, do desemprego, da fome, da falta de escola, de hospitais, da feitura de greves. Os camaradas liam jornais e revistas que contavam da luta do povo em outros países, principalmente “num país chamado União Soviética. Nesse país o povo tinha trabalho, alimentos, escolas, médicos e remédios em abundância. Nesse convívio, Bila e Totinha compreenderam a situação de dificuldade em que sempre viveram, e começaram a desejar uma nova vida.

Neste trecho, a narrativa ganha movimento ascendente: por um lado, Bila e Totinha intimidados, desconfiados, ignorantes daquele modo de vida, e a situação degradante vivida até então impelindo-os ao malfeito. Por outro lado os comunistas, valentes e generosos, e a epifania provocada pelas conversas e discussões. Esse momento da narrativa é permeado pela ideia de vanguarda, do partido como salvaguarda de destinos, e seu argumento não deixa de reforçar um visão pejorativa sobre o homem do campo, como sujo, preguiçoso, obtuso, simplório, e às vezes até ladino. O processo que se dá com Totinha e Bila é quase um processo civilizatório: na casa dos militantes foram convencidos da necessidade de tomar banho, lavar as mãos, andar limpos, calçar sapatos ou chinelos, cortar e pentear os cabelos, sentar a mesa; “era preciso ir se educando”.

O próximo momento já seria de engajamento dos personagens no quadro partidário. Participavam agora de reuniões de células, ligas, uniões, passeatas. Enfrentavam a polícia, as repressões e as perseguições. Estavam convencidos da justiça daquela causa. Bila, ao participar de uma manifestação das ligas das donas de casa,

sentia que nas veias o sangue corria de um modo diferente. [...] Na sua cabeça surgiam as companheiras da fazenda de Jeromão: a mulher do velho Damas que só conhecia da vida o trabalho duro da enxada, os partos e as pancadas do marido bêbado; a filha do Casemiro fugindo do noivo, um negro velho e bruto. Bila estava ali para tirá-las da miséria e do sofrimento...²⁹

Já Totinha, auxiliando na entrega do jornal clandestino, sentia que “junto ao coração que pulava, iam os jornais, ia o protesto de milhares de pessoas, ia a verdade que ajudaria a

²⁹ _____. *A terra e as carabinas*, p. 59.

destruir todo um velho mundo de injustiça, miséria, sofrimento, fome e pavor”.³⁰ Os personagens, agora transformados, deixavam a condição de resignação para adotar uma postura de comprometimento, participação.

Ao explorar literariamente a violência no sertão – a mão esbagaçada, o braço zangado e catinguento, o embuste da indenização, as torturas e a cadeia, a condição de cativo, e todos os suplícios enfrentados por Totinha – Élis reforça um discurso anti-burguês. Por outro lado, ao narrar sua *redenção* em cenas de resistência e contestação, o autor constrói um discurso sobre direitos, sobre reordenação de lugares sociais, sobre uma gente capaz de se insurgir contra fazendeiros e coronéis.

Novela ou panegírico? A novela, enquanto gênero literário, caracteriza-se por seu tom mais popular, sua linguagem simples, despojada, de imediata compreensão.³¹ A opção feita por Bernardo Élis ao construir sua narrativa nesses moldes justifica-se pelo *momento*, quando o autor acreditava que “a única maneira de fazer com que as ideias tivessem força, realizassem-se, seria através da mobilização popular [...] era preciso conscientizar o povo”.³² Com este ímpeto elucidativo, Bernardo Élis, movendo-se como repórter ou cronista, dirige-se ao leitor de modo direto, construindo uma narrativa acessível. Por outro lado, *A Terra e as Carabinas* apresenta um forte tom de panegírico, com suas muitas páginas de louvor ao comunismo e sua justa causa, com reproduções de trechos do programa do Partido e de manifestos de Prestes, e alusões a lutas reais empreendidas pelo PCB no campo.

Se para muitos críticos esses aspectos diminuem o valor literário de *A Terra e as Carabinas*, para nós eles representam uma tentativa de intervir na cena pública por meio da escrita. Através de um jornal que era lido por centenas de pessoas, Élis expôs situações e práticas próprias do mundo rural. O arrendo, a meia, o barracão, o aprisionamento por dívidas, as violências, a subserviência das forças policiais aos coronéis, a corrupção das autoridades, as porteiras das fazendas como obstáculo intransponível para a lei, a incipiente organização camponesa, são indicações relevantes

³⁰ _____. *A terra e as carabinas*, p. 66.

³¹ MASSAUD, Moisés. *A criação literária*. São Paulo: Cultrix, 2012, p. 334-380.

³² Entrevista de Bernardo Élis concedida à Eliane Dayrell. In: DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984, p. 502.

de um tempo de reivindicações, quando o país caminhava para o entendimento de seus problemas sociais, e do qual Bernardo Élis participou ativamente.³³

O Tronco, por sua vez, embora temporalmente distante dos fatos ocorridos em *A Terra e as Carabinas*, guarda pontos de contato com a obra em termos de motivação literária. Quando Bernardo Élis iniciou suas pesquisas sobre o conflito ocorrido em São José do Duro (atual Dianópolis) nos anos de 1917 e 1918, o autor pretendia escrever um ensaio de sociologia sobre a região, seus aspectos geográficos, sociais, econômicos e políticos. Para tanto Élis recolheu farto material, registrando características da fala local, fauna, flora, história do lugar, árvores genealógicas de seus moradores e estudos subsidiários ao tema. Quando, contudo, partiu para as entrevistas com as pessoas envolvidas direta ou indiretamente no conflito, encontrou “na narrativa delas uma carga emocional tão intensa, tão poderosa, que meus instintos científicos foram absorvidos pelo meu pendor ficcionista”.³⁴ Movido pela vigorosa narrativa dos personagens, Bernardo Élis decidiu-se por escrever um romance terrível, como eram os sertões analfabetos e desumanizados, como havia sugerido Monteiro Lobato³⁵ quando do lançamento de *Ermos e Gerais*:

eu também procurava na literatura um pretexto para denunciar os males sociais a que estava condenado o sertão. Desse modo, uma certa ironia, o tom brincalhão e a busca de refinamento por acaso existentes em *Ermos e Gerais*, isso foi abandonado, em troca de um tom mais sério, marcado pela tragédia do atraso, da ignorância e da doença. Quisera fazer uma história para o povo [...] mas não levava em conta o analfabetismo e a miséria, que impediam o acesso à literatura. Então sem o saber eu estava me dirigindo a um público errado. Para atingir o povo, usei o coloquial médio goiano, estruturei o livro de acordo com a estrutura das sagas populares ou das narrativas orais, firmemente marcando o lugar, o tempo, e os aspectos de começo meio e fim. [...] Era um protesto contra a marginalização das populações sertanejas, da exploração mais impiedosa do camponês sem terra, da opressão dos senhores do poder, escrito numa linguagem coloquial sem complicações nem preocupação de ordem estilística. [...] Estava protestando também contra uma literatura altamente elaborada...³⁶

Lançado em 1956, *O Tronco* estrutura-se pela *tríade hegeliana* - “tese, antítese e síntese”³⁷ -, em uma perspectiva dialético-materialista, orientada pelo impulso

³³ TELES, Gilberto Mendonça. *O conto brasileiro em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 2007, P. 65.

³⁴ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 118.

³⁵ Carta de Monteiro Lobato dirigida à Bernardo Élis, quando do lançamento de *Ermos e Gerais*. Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – CEDAE. Fundo Bernardo Élis.

³⁶ _____.. *A vida são as sobras*, p. 152-153.

³⁷ _____.. *A vida são as sobras*, p. 124.

transformador da realidade.³⁸ Neste romance, Bernardo Élis nos apresenta um cenário bucólico de vila interiorana, de manhã “fria e neblionosa”, de “casinhas caiadas de branco, por trás das quais erguiam-se tufos verdes de laranjeiras, abacateiros, jenipapeiros, bananeiras e outras plantações”, “exalando tristeza e abandono”³⁹: a Vila do Duro. O cel. Pedro Melo, patriarca da família, foi o primeiro desbravador da região, onde construiu sua fortuna; seu filho, Artur Melo, ingressou cedo na política, conquistando grande prestígio na capital do estado. Ante a personalidade dominadora do clã, toda a cidade se amesquinhou, frágil e distante. A modalidade de força que exerciam, contudo, transcendia ao sentimento de propriedade: eram deles a cidade, a região, as pessoas e seus bens, e a lei. Através da liquidação de adversários, da corrupção de funcionários, e da brutalização dos subordinados, exerciam seu poder ilimitado.⁴⁰

Dentro da Vila do Duro, contudo, os Melo enfrentavam uma vívida oposição: Vicente Lemos, nomeado outrora por eles ao cargo de Coletor Estadual, inconformado com “o hábito que tinham os Melo de roubar o povo” passou a exigir o estrito cumprimento da lei, tornando-se assim homem de confiança do governo estadual – adversários confessos dos Melo. Embora o conflito seja latente, nesse trecho da narrativa predomina a conciliação e o entendimento advindos do respeito aos mais velhos e da submissão à hierarquia da parentela, visto que Vicente era sobrinho de Pedro Melo: “Sangue não briga com sangue [...] O coronel Pedro Melo também sabia levar em conta o parentesco, e reconhecia que o sobrinho Vicente, como os demais, tinha um respeito plantado fundo, um temor biológico para com o chefe da família”.⁴¹ Para Élis, essa seria a *tese* de uma sociedade que se auto-equilibra e se mantém em harmonia graças às relações de parentesco e à lógica dos favores.

Esse estado de coisas seria alterado com a tentativa de Artur Melo em fraudar um inventário – já que naqueles sertões a pressão da lei não se fazia sentir, e a ordem privada desempenhava funções do poder público -, prática à qual Vicente Lemes se opõe veementemente. O conflito é deflagrado no momento em que há a negação das relações

³⁸ No sentido atribuído, por Marx e Engels, à XI Tese sobre Feuerbach, onde se trata da proposição que serviu como pedra de toque para o conceito de práxis no pensamento marxista: “Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de *transformá-lo*” (grifos no original) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p.103

³⁹ ÉLIS, Bernardo. *O tronco*: romance. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 05.

⁴⁰ CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

⁴¹ _____. *O tronco*: romance, p 19.

de poder e pessoalidade como condutoras da política local – Vicente insiste em executar os códigos legais, e solicita ao governo do estado “garantia para o exercício das funções públicas e para a vida das autoridades estaduais”.⁴² Com a denúncia dos abusos e irregularidades cometidas por Artur Melo, uma comissão formada por juiz, promotor, escrivão e um considerável contingente policial armado é enviada ao Duro, deflagrando um guerra. Este seria, para Bernardo Élis, o momento da *antítese*, quando o acirramento das contradições provocou o fim daquela sensível estabilidade social.

A luta que se segue será fatal para ambos os lados. O juiz se retira da Vila do Duro (numa assertiva do descaso do poder público com os problemas do sertão), deixando para trás uma fragilizada tropa, composta de sertanejos miseráveis e munições imprestáveis. Os soldados eram, em sua maioria, jovens pobres obrigados a ingressar nas fileiras estaduais como meio de sobrevivência, para substituir rapazes ricos, ou ainda para pagar dívidas de coronéis. Eram eles que perdiam a vida nas inúmeras lutas empreendidas pelos poderosos, e por isso nutriam por eles um imenso ódio e rancor, manifestado no assassinato do já rendido Cel. Pedro Melo, e no castigo dado aos reféns da família Melo: o tronco.⁴³

Com o Duro em ruínas, o conflito se encerra com o assassinato dos homens do tronco, com a tomada do poder pelos jagunços e cangaceiros contratados por Artur Melo, e com a fuga envergonhada de Vicente Lemes. No caminho do desterro, ao ser questionado sobre a validade “daquela canseira [...] que resultou em sofrimento, morte de inocentes, e miséria para nós”, Vicente asseverava que “era preciso acabar com o poderio absoluto do Coronel Melo, com a soberba das famílias poderosas, para que ali pudessem vigorar as leis e não a vontade de um potentado”; da luta empreendida, “do sangue derramado, da miséria, da dor, das lágrimas espalhadas nas terras do Duro, uma vida melhor iria despontar”.⁴⁴

Em seu intento de *síntese* transformadora, Bernardo Élis igualou coronéis, estadistas, soldados e jagunços em sua selvageria, desumanidade e baixo senso moral,

⁴² _____ . *O tronco*: romance, p. 57.

⁴³ “Era constituído de dois compridos esteios de madeira forte. De espaço a espaço, possuíam esses esteios um corte em meia-lua. Justapostos, os cortes formavam buracos, nos quais se metia as canelas do cristão, que ali ficava jungido. De um lado, unindo os dois esteios, havia uma dobradiça de ferro, grosseira, feita ali mesmo, e de outro, uma espécie de aldrava com cadeado”. In: ÉLIS, Bernardo. *O tronco*: romance. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 171.

⁴⁴ _____ . *O tronco*: romance, p. 276.

para em seguida solapá-los, demolindo as estruturas sobre as quais exerciam seu poder. Nasceria daí uma *terceira margem*⁴⁵, uma via alternativa aos desmandos de coronéis, ao descaso do governo, e à vulnerabilidade das populações sertanejas.

Nesta chave, os personagens de Bernardo Élis são marcados por uma vontade de transformação imediata – a “vontade utópica” nos termos do filósofo Ernst Bloch⁴⁶ –, e são dotados da capacidade de alterar a ordem das coisas: pretendem construir um *homem novo* para um *mundo novo*. Nesta proposta literária politicamente engajada, o autor sugere a superação do reino da *necessidade* pelo da *liberdade*, aspirando, no presente, a um horizonte de esperanças aberto, carregado de oportunidades e possibilidades alternativas. Aqui, há a possibilidade de *desalienação* e *revolução*, único meio que permitiria realizar as potencialidades do povo e da nação.⁴⁷ A marca de seus personagens é o *principio esperança* dos “amanhãs que [hoje] cantam”.⁴⁸

Conclusão

Para Bernardo Élis as palavras tinham vida à parte, sabor, cor, cheiro, som, personalidade, sentimentos, e através delas ele podia “enxergar a vida sob um ângulo diferente, um ângulo mais próximo da verdade”.⁴⁹ Élis entendia que escrever era a sua janela para o mundo, sua maneira de participar da vida geral; era um exercício de conhecer as pessoas, as coisas, as situações, o mundo. A literatura, enquanto arte de unir palavras e dar-lhes um sentido, possibilitou que o autor manifestasse suas intepretações

⁴⁵ Fazemos aqui uma alusão ao conto *A Terceira Margem do Rio*, de João Guimarães Rosa, publicado pela primeira vez no livro *Primeiras Estórias*, em 1962, no sentido de uma solução inesperada, uma linha de fuga não prevista, uma possibilidade inventada. STARLING, Heloisa Maria Murgel. Outras bossas: João Gilberto, Guimarães Rosa e a língua poética do Brasil. In: GARCIA, Walter (org.). *João Gilberto*. São Paulo: Cosac Naify, 2012, 190-206.

⁴⁶ Nas palavras de Bloch: “A vontade utópica autêntica não é de forma alguma um almejar infinito, ao contrário: ela quer o meramente imediato e, dessa forma, o conteúdo não possuído do encontrar-se e do estar-aí [Dasein] finalmente mediado, aclarado e preenchido, preenchido de modo adequado à felicidade.” BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2005. v.1, p.23

⁴⁷ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000; RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

⁴⁸ BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2005. 3v.

⁴⁹ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, p. 130.

de um mundo que julgava atrasado e decadente, mas repleto de possibilidades de mudança.⁵⁰

A arte de Bernardo Élis, sendo uma arte política, está circunscrita, evidentemente, ao seu contexto histórico. Vivente dos sertões do centro-oeste, possuidor de um bom nível cultural em uma terra analfabeta, o escritor abdicou dos benefícios que o bom nome de sua família lhe traria para lançar-se à denúncia social. O engajamento político do autor se fez em um período de efervescência política no campo, com a entrada de novos temas e personagens no debate público, matéria que o fascinava, pois pretendia dizer das condições “da população cadavérica do endêmico sertão goiano”.⁵¹

Élis, contudo, atinge algo que está além do referente imediato, da “realidade concreta que é dado a ele viver e representar.”⁵² Orientando sua reflexão para o universo particular do sertanejo e para a força de suas reações diante o mundo, o autor abre um novo caminho para a representação do que até então não era representado; ao dar ouvidos a uma fala emudecida, ele desobstrui as vias de expressão, de representação dessa fala.⁵³

Diferentemente das teses e orientações do Partido Comunista, que diziam do homem do campo como parte de um processo revolucionário em curso; do debate entre Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães sobre as características do modo de produção da agricultura brasileira; das matérias do jornal *Terra Livre*, que contavam das lutas travadas entre camponeses e latifundiários; a literatura produzida por Bernardo Élis disse *do camponês*, e não só de seu contexto de exploração, mas sua *conformação íntima*, seus medos, angústias e desejos; e de sua *psicologia*, com suas concepções de mundo, seu entendimento de Deus, seu temor do imponderável.

Por isso, a contribuição literária de Bernardo Élis para o debate sobre o campo brasileiro é relevante não só por colocar a questão *na ordem do dia*, mas por *qualificá-la*, humanizando seus personagens. Élis constrói *imagens* e *sentidos* particulares para seus camponeses, posseiros, vaqueiros, jagunços, assim como para patrões, coronéis, juízes, delegados e soldados. Costurando história, política e ficção, o autor modela um sistema

⁵⁰ ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000.

⁵¹ ÉLIS, Bernardo. A crueldade benéfica de Tambiú. In: *Ermos e Gerais*. Coleção Alma de Goiás – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1. p. 80-84.

⁵² MIRANDA, Wander Melo. A arte política de Graciliano Ramos. In: *Ficções do Brasil*. Conferências sobre literatura e identidade nacional. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2006.

⁵³ MIRANDA, Wander Melo. A arte política de Graciliano Ramos. In: *Ficções do Brasil*. Conferências sobre literatura e identidade nacional. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2006.

de ideias que ilumina possibilidades, oferecendo sua visão da vida, e evidenciando a possibilidade de integração política das margens.

Ao contar de uma República que é construída longe do que é *comum*, recriando literariamente os pontos de tensão e ancoragem das relações sociais e de poder estabelecidas nos sertões, apontando o não concretizado do projeto político brasileiro, Bernardo Élis estabelece o limite de um mundo que não pode mais existir. Mas sua literatura não se resume à negação, seu ponto final não é o pessimismo; ela também propõe uma releitura intensa de um povo, de uma cultura e de uma nação, ambicionando a inclusão dos sertanejos na modernidade política, com a expansão do ideal de cidadania.⁵⁴

⁵⁴ STARLING, Heloisa Maria Murgel. A República e o Subúrbio. Imaginação literária e republicanismo no Brasil. In: CARDOSO, Sérgio. *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004; STARLING, Heloisa Maria Murgel. Travessia. A narrativa da República em Grande Sertão: Veredas. In: BIGNOTTO, Newton. *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000; STARLING, Heloisa Maria Murgel. Margens do Brasil na ficção de Guimarães Rosa. In: *Ficções do Brasil*. Conferências sobre literatura e identidade nacional. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2006.

Referências Bibliográficas

BARROS, Luitgarde. *Sertão*. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ, Contraponto, 2005. 3v.

BOSI, Alfredo. *Céu, Inferno*. Ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Editora Ática, 1988.

CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2010.

COLEÇÃO ALMA DE GOIÁS – obra reunida de Bernardo Élis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, vol. 1, 2 e 3.

CUNHA, Euclides. *À margem da História*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB - GO: 1936-1948*. 622 f. Tese. (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 1984.

ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F, 2005.

ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000.

ÉLIS, Bernardo. *O tronco: romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Literatura e História*. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MASSAUD, Moisés. *A criação literária*. São Paulo: Cultrix, 2012.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil – 1955-1964*. 146f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 295 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

MIRANDA, Wander Melo. A arte política de Graciliano Ramos. In: *Ficções do Brasil*. Conferências sobre literatura e identidade nacional. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2006.

MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A liberdade é amável ou Como ser republicano na América Portuguesa*. (Séculos XVII e XVIII). 207f. Tese de titular. (Tese para concurso de professor titular). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A república e o sertão: imaginação literária e republicanismo no Brasil*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 82, setembro de 2008.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. A República e o Subúrbio. Imaginação literária e republicanismo no Brasil. In: CARDOSO, Sérgio. *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Margens do Brasil na ficção de Guimarães Rosa. In: *Ficções do Brasil*. Conferências sobre literatura e identidade nacional. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2006.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Travessia. A narrativa da República em Grande Sertão: Veredas. In: BIGNOTTO, Newton. *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

TELES, Gilberto Mendonça. *Estudos Goianos*. A poesia em Goiás. Goiânia: Editora UFG, 1983.

TELES, Gilberto Mendonça. *O conto brasileiro em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 2007.

VICENTINI, Albertina. Bernardo Élis revisitado. In: UNES, Wolney (org.). *Bernardo Élis: vida em obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.